



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Rua Sorbone, 375, ., Centreville - CEP 13560-760, Fone: (16) 3368-3260, São Carlos-SP - E-mail: saocarlosjec@tjsp.jus.br

TERMO DE AUDIÊNCIA DE TENTATIVA DE CONCILIAÇÃO

Processo nº: **1008277-80.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral**
 Requerente: **Raimundo Santos de Santana- Acompanhado(a) pelo(a) Advogado(a) Dr(a). Danieli Fernanda Favoretto Valenti - OAB/SP 250.396.**
 Requerido: **CLHAN EMPREENDIMENTOS LTDA EPP - Representado(a) pelo preposto(a) Sr(a). GLEISON JULIANO FERREIRA – CPF: 917444666-53 - com seu Advogado (a) Dr(a). ARETHA CRISTINA CONTIN DOS SANTOS – OAB/SP 240.196.**

Aos 23 de agosto de 2016, às 17:00h, na sala de audiências da Vara do Juizado Especial Cível, do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do(a) **MM Juiz**, comigo escrevente ao final nomeado, foi aberta a audiência de tentativa de conciliação, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Apregoadas, constatou-se o comparecimento das partes, bem como de seu(s) advogado(s) e representantes, acima identificados.

Proposta a conciliação esta foi aceita pelas partes nos seguintes termos. O(a) requerido(a) pagará ao requerente, por conta de todos os descontos efetuados em contas de energia elétrica, incluindo os que não foram objeto da presente demanda, o valor de **R\$ 1.500,00**, em **03 parcelas** iguais, fixas e consecutivas, no valor de **R\$ 500,00 cada uma**, vencendo-se a primeira em **25/08/2016** e as demais no mesmo dia dos meses subsequentes. Os pagamentos serão efetuados diretamente na conta corrente da defensora do autor, Dra. Maria Emilia Fernandes Favoretto, **Banco do Brasil S/A - Agência 3062-7 C/C 201362-2**, e o(s) comprovante(s) de depósito servir(ão) como recibo. O não pagamento de uma das parcelas, implicará no vencimento antecipado das demais além de multa de 10% sobre o saldo remanescente da dívida. O requerido neste ato informa que efetuou o cancelamento definitivo do contrato discutido nos autos. Pelo MM. Juiz Dr. **Silvio Moura Sales** foi dito: *"Vistos. Homologo, para que tenha eficácia de título judicial, o acordo a que chegaram as partes. Há resolução do mérito nos termos do art. 487, III 'b' do C.P.C. Decorridos 5 (cinco) dias do prazo previsto para o pagamento da última parcela, sem qualquer manifestação em sentido contrário ao pactuado, façam-se as anotações de estilo, providenciando-se a baixa definitiva e arquivamento dos autos digitais, presumindo-se cumprida a obrigação (Seção V, item 14.2.1 do Prov. 806/03). Publicada nesta audiência, REGISTRE-SE". E.T. As partes pedem a desistência do prazo recursal, o que é homologado pelo MM Juiz. Saem os presentes intimados e cientes de que este termo será visualizado nos autos virtuais somente com a assinatura digital do MM Juiz, porquanto o impresso e assinado pelas partes, não será digitalizado para os autos, eis que ficará arquivado cartório, pelo prazo máximo de até 2 (dois) anos. NADA MAIS.* Eu, Moacir Marques Junior, Escrevente Técnico Judiciário, digitei.

MM Juiz:

Requerente(s):

Adv. Requerente(s):

Requerido(s):(Preposto):

Adv. Requeridos(s):

Conciliador: o juízo

DOCUMENTO TAMBÉM ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA